



Centro Universitário de Brasília  
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

**TEREZA AUGUSTA DA ROCHA CUNHA**

**A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS EM  
“É A CARA DO BRASIL”**

**Brasília - DF  
Outubro de 2006**

**TEREZA AUGUSTA DA ROCHA CUNHA**

**A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS EM  
“É A CARA DO BRASIL”**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD), como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa, Texto e Discurso.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Mestre Maria Aparecida Silva de Abreu.

**Brasília - DF  
Outubro de 2006**

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus eu ter conseguido vencer mais esta etapa em minha formação profissional; à minha família, o enorme incentivo; e à Professora Maria Aparecida Silva de Abreu, a disponibilidade e presteza de atendimento, a relevante contribuição na elaboração deste trabalho, ao sugerir diretrizes, fazer comentários, indicar pontos a serem melhorados e, sobretudo, transmitir conhecimento. Acertei ao escolhê-la como orientadora.

**MUITO OBRIGADA!**

“A palavra é metade de quem a pronuncia, metade de quem a ouve.”

MICHEL DE MONTAIGNE (1533-1592), ensaísta francês.

## RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar um artigo do jornalista André Petry, publicado na revista *Veja*, edição de 1º de junho de 2005, intitulado *É a cara do Brasil*, numa perspectiva discursiva da linguagem como ação e interação social, cuja principal função é argumentar. O objetivo geral é mostrar que, no artigo investigado, a maneira como o texto é escrito e o uso de certos recursos, como exemplos, paralelismo, repetições, seleção lexical e formato de narrativa, contribui diretamente para maior persuasão do leitor. Como objetivos específicos, pretende-se mostrar que, no texto, o emprego de recursos como tempos verbais e marcadores temporais, típicos da narração, estão em função da argumentatividade e apontar para os implícitos como marcas de argumentação e posicionamento político-ideológico. Pela própria natureza do objeto aqui estudado – um texto –, trata-se, esta, de uma pesquisa de cunho bibliográfico, com leitura e reflexão dos textos teóricos que a fundamentam. Para tanto, sob o enfoque teórico da Análise de Discurso e da Linguística Textual, visando compreender os processos de significação presentes no texto, a investigação feita considera que os efeitos de sentido são determinados na história, na discursividade, na relação interativa autor/texto/leitor, por meio da ideologia. É desse modo que os sentidos se organizam, acionados por estratégias e marcas lingüísticas reveladoras da intenção argumentativa e de valores ideológicos.

**Palavras-chave:** Discurso, Argumentação, Ideologia.

## ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze the article entitled *É a cara do Brasil*, which in English could be translated as *It's Brazil's face*, written by journalist André Petry and published in *Veja* magazine on June 1<sup>st</sup> 2005, in which language is seen within its discursive perspective as action and social interaction whose main function is to argue. The general objective is to show how, in the article which is presently being investigated, both the manner the text is written and the use of certain resources such as examples, parallelism, repetitions, lexical selection and narrative format, directly contribute to a bigger persuasion of the reader. As the specific objectives, it aims to show that, in a text, the use of resources such as verb tenses and time markers, which are typical features of narratives, relate to its argumentativeness and point out to implicit elements such as argumentative markers as well as political and ideological positioning. Considering the very nature of the object studied here – which is the text itself – we are dealing with a bibliographic research comprising the reading and reflection of the theoretical texts which provide its base. Therefore, based on the theoretical approach of the Discourse Analysis and the Textual Linguistics, and in order to understand the meaning processes present in the text, the present investigation considers that the meaning effects are determined in history, by discursiveness, by the interactive relationship among author/text/reader, and through ideology. This is how meanings get organized, triggered by strategies and linguistic marks which reveal the argumentative intention as well as the ideological values.

**Key words:** Discourse, Argumentation, Ideology.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 - ARGUMENTAÇÃO E IDEOLOGIA: BASE TEÓRICA .....</b>	<b>11</b>
1.1 A historicidade da linguagem .....	11
1.2 A ideologia .....	15
1.3 A construção dos sentidos e a interlocução .....	18
1.4 As estratégias de argumentação e as marcas lingüísticas .....	23
1.4.1 Os tempos verbais.....	23
1.4.2 A exemplificação e o comentário .....	27
1.4.3 A ironia .....	28
1.4.4 A repetição e a paráfrase .....	28
1.4.5 Os articuladores textuais.....	29
1.4.6 A pontuação.....	30
1.4.7 Os recursos avaliativos .....	31
1.4.8 Os pressupostos e os subentendidos .....	32
<b>CAPÍTULO 2 - <i>É A CARA DO BRASIL</i>: UMA ANÁLISE .....</b>	<b>33</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXO 1 - CÓPIA DE <i>É A CARA DO BRASIL</i>, DE ANDRÉ PETRY.....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

Para que se entenda que os textos são sempre argumentativos, a linguagem deve ser compreendida como atividade discursiva, processo de interação social. Por seu intermédio, as pessoas interagem sempre com certa finalidade. Não há discurso neutro, isento. Ao falar ou escrever, direcionamos nossas palavras visando alcançar certos objetivos.

A todo o momento, portanto, somos instados a interpretar. A habilidade de interpretação de textos nos é exigida na escola, no trabalho, em toda a nossa trajetória de vida. Trata-se, sem dúvida, de um exercício de aprimoramento da leitura e do senso crítico, condição imprescindível para que se tenha melhor desempenho pessoal e profissional. Daí a importância do estudo da Semântica, da Lingüística Textual e da Análise de Discurso, disciplinas que têm como foco de investigação a produção dos sentidos e os discursos que tramitam nos textos.

Tendo como base a noção de que interpretar um texto é, por um lado, compreender de algum modo a intencionalidade explícita ou implícita do autor, e, por outro, é atribuir-lhe sentidos para além das palavras, de modo a abranger as condições de produção da escrita e da leitura e o contexto sócio-histórico em que texto, autor e leitor estão inseridos, a proposta deste trabalho é analisar o artigo *É a cara do Brasil*, do jornalista André Petry, publicado na revista *Veja*, em 1º de junho de 2005. André Petry escreve semanalmente para esse periódico, na maioria das vezes sobre política – assuntos do momento –, de forma bastante peculiar. Nota-se, não apenas em seus artigos, mas na revista como um todo, um estilo jornalístico em que o aspecto crítico-analítico prevalece sobre o informativo. Vale ressaltar a maneira coerente, criativa, original e, sobretudo, bem-humorada como ele expõe



seus pontos de vista, revelando notável habilidade na construção de argumentos, o que motivou a escolha de um de seus textos como objeto de análise do presente trabalho.

*É a cara do Brasil* representa excelente exemplo de utilização de recursos lingüísticos em prol da expressividade textual e do poder persuasivo. Trata-se de texto argumentativo, porém escrito em forma de relato. Por meio do emprego de recursos como tempos verbais, marcadores temporais, exemplos, paralelismo, repetições, pontuação, seleção lexical, comparação, ironia e humor — que serão analisados neste trabalho —, o autor faz transparecer no texto informação, opinião e ideologia.

O artigo trata de temas bastante em voga na imprensa de um modo geral: corrupção, impunidade, discriminação social e parcialidade do Judiciário. Retrata a face desigual da Justiça brasileira, que funciona com dois pesos e duas medidas. Não importa o crime que se pratique, mas quem o pratica. Seu objetivo parece ser o de comprovar o fato de que no Brasil só vai para a cadeia quem é pobre.

Em sucintas palavras, o autor expõe o tratamento judicial recebido pela empregada doméstica Maria Aparecida de Matos, que tentou furtar alguns produtos de higiene pessoal, sendo, por isso, condenada a um ano de detenção. Em contrapartida, relata crimes de corrupção e desvio de recursos públicos dos quais são acusados o ex-governador de Roraima Neudo Campos, o deputado federal Jader Barbalho, a “máfia dos vampiros” do Ministério da Saúde e o ex-servidor dos Correios Maurício Marinho, que estão livres, isentos de punição.

O presente estudo se desenvolve com base da Lingüística Textual, defendida por Koch (2004a, b, c), quanto à concepção de linguagem como forma de ação e interação social, cuja função mais relevante é a da argumentatividade. São enfocados recursos argumentativos, classificados como estratégias de argumentação e marcas lingüísticas, delimitados pela Koch

(id., *ibid.*). Ainda no ramo da Lingüística Textual, são observadas considerações teóricas de Fiorin e Savioli (2004) e de Geraldi (1997).

São também parte da fundamentação teórica desta pesquisa noções basilares da Análise de Discurso, conforme Orlandi (1996, 2005a e b), sobre a relação entre sujeito, linguagem, história e ideologia, da qual resulta o conceito de discurso como prática social, na construção de efeitos de sentido entre locutores. Sobre ideologia, considera-se ainda Thompson (1995).

O **objetivo geral** deste trabalho é mostrar que, no artigo *É a cara do Brasil*, a maneira como o texto é escrito e o uso de certos recursos — como exemplos, paralelismo, repetições, seleção lexical e formato de narrativa — contribui diretamente para maior persuasão do leitor. Como **objetivos específicos**, pretende-se ainda mostrar que, no texto, o emprego de recursos como tempos verbais e marcadores temporais, típicos da narração, estão em função da argumentatividade e apontar para os implícitos como marcas de argumentação e posicionamento político-ideológico.

Pela própria natureza do objeto estudado aqui — um texto —, trata-se, esta, de uma pesquisa de cunho bibliográfico, com leitura e reflexão dos textos teóricos que a fundamentam. Depois da escritura da fundamentação teórica e conforme o que ela estabelece, procede-se à leitura e à análise do artigo *corpus* deste trabalho, a fim de apreender seus efeitos de sentido de acordo com as pistas fornecidas pelo autor.

Em suma, o propósito deste estudo é chamar a atenção para o uso intencional de recursos lingüísticos como instrumento de argumentação e expressividade textual, para que o leitor passe a ter posição menos inocente em relação ao poder de manipulação da linguagem pela mídia. Assim, nesta investigação, pretende-se responder às seguintes **questões de pesquisa**:

1. Quais são os recursos usados por André Petry em função da argumentatividade no texto *É a cara do Brasil*?
2. Nesse texto, quais são as marcas de argumentatividade e posicionamento político-ideológico?

Cabe ainda salientar, por fim, que o presente trabalho se divide basicamente em quatro partes, assim denominadas: Introdução, em que se justifica a escolha do objeto de pesquisa; Argumentação e ideologia: base teórica, referente a apontamentos teóricos acerca do processo de construção dos sentidos, sob o enfoque de uma concepção de linguagem como prática discursiva; *É a cara do Brasil*: uma análise, estudo do artigo corpus deste trabalho — este constante do Anexo 1, p. 56 —, visando apreender seus efeitos de sentido; e Conclusão, em que são expostos os resultados da investigação.

## **CAPÍTULO 1 - ARGUMENTAÇÃO E IDEOLOGIA: BASE TEÓRICA**

Sob a ótica da Análise de Discurso e da Linguística Textual, nesta parte do trabalho, busca-se focar a construção dos sentidos a partir de uma concepção de linguagem como forma de ação e de interação social, como atividade discursiva caracterizada pela argumentação. Este capítulo está assim subdividido: A historicidade da linguagem; A ideologia; A construção dos sentidos e a interlocução; As estratégias de argumentação e as marcas lingüísticas — Os tempos verbais; A exemplificação e o comentário; A ironia; A repetição e a paráfrase; Os articuladores textuais; A pontuação; Os recursos avaliativos; e Os pressupostos e os subentendidos.

### **1.1 A historicidade da linguagem**

Segundo Orlandi (1996, 2005a e b), para a Análise de Discurso — disciplina que tem como foco de reflexão a interpretação —, a noção de historicidade é determinante para a compreensão do processo de significação da linguagem textual e, por conseqüência, para o estabelecimento de novas práticas de leitura. Assim, a partir de uma visão discursiva, não nos cabe mais perguntar o que o texto quer dizer, mas como o texto significa, como produz sentidos. A Análise de Discurso (AD) é entendida ainda como uma prática interpretativa, ideológica.

Com o intuito de melhor compreender o funcionamento do discurso, cujo elemento de análise é o texto — considerado um recorte discursivo —, Orlandi (id., ibid.) ressalta três princípios fundamentais da linguagem, os quais formam a base teórica da Análise

de Discurso: a linguagem é incompleta, não-transparente e ideológica. Características também do sujeito, como ser simbólico que é.

Se a linguagem é ideológica, isso significa dizer, por analogia, que nenhum discurso é neutro. O homem, ao se comunicar, tem sempre como objetivo influenciar, persuadir, buscar a adesão do outro. E porque a linguagem se caracteriza pela incompletude e opacidade, podemos afirmar que os sentidos em um texto não se limitam à literalidade das palavras. Eles são constituídos ao se articular o texto ao contexto, isto é, às condições de produção.

Orlandi (id., *ibid.*) define discurso como prática social de linguagem, sem começo determinado nem fim. É um processo em movimento, contínuo, inesgotável. Um discurso sempre está relacionado a outros. “É efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2005a, p. 21). Ao dizer, o homem se significa e significa o mundo, se identifica, argumenta, constrói a realidade, enfim, pratica sentidos, significação. Assim, sentidos e sujeitos, sempre incompletos e não transparentes, são constituídos *na* e *pela* linguagem, ideológica e historicamente. São afetados pela discursividade.

O texto, na perspectiva discursiva, é a unidade significativa de análise a partir da qual se tem acesso ao discurso, que, por sua vez, faz o texto significar, estabelecer sentido. Texto, então, é a materialização, a textualização do discurso. Todo texto é caracterizado pela sua textualidade, ou seja, conexão de idéias de maneira coerente, não-contraditória, com progressão e finalidade, demarcado com começo, meio e fim, estando porém sempre aberto a novas interpretações. “(...) podemos dizer que há leituras previstas para um texto, embora essa previsão não seja absoluta, pois sempre são possíveis novas leituras dele” (ORLANDI, 1996, p.87).

Em outras palavras, o texto não é uma unidade fechada em termos de significação, de produção de sentidos, pois envolve outros textos que com ele se relacionem. Todo texto é atravessado por uma infinidade de outros tantos: fato que é conhecido como intertextualidade. Todo texto também envolve as circunstâncias de sua enunciação, que é o contexto imediato, e o contexto histórico-social e ideológico, ou seja, suas condições de produção em sentido amplo.

Nas condições de produção em sentido amplo está incluído o que em Análise de Discurso é denominado de interdiscurso ou memória discursiva. “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras” (ORLANDI, 2005a, p. 32). Diz a autora:

O texto não pode assim ser visto como uma unidade fechada pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginados), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) e com o que chamamos exterioridade constitutiva, ou seja, o interdiscurso, a memória do dizer (o que fala antes, em outro lugar, independentemente). (ORLANDI, 2005b, p. 87.)

O interdiscurso, que representa a historicidade, o conjunto de formulações já feitas e esquecidas, determina o sentido do que dizemos, este último denominado de intradiscurso. Há, portanto, uma relação entre o interdiscurso e o intradiscurso, entre o já dito e o que está sendo formulado. Isso, porque, como mencionado, o sentido não está preso às palavras nem mesmo ao sujeito locutor, pois este não tem o controle absoluto sobre o que diz, sobre a situação e o interlocutor.

Orlandi (id., ibid.) associa o interdiscurso, incomensurável, à relação entre inconsciente e ideologia, materialmente articulados na língua. O que dizemos resulta da nossa relação com a língua e a história, do nosso inconsciente, da nossa visão de mundo, através da

ideologia. Há uma relação intrínseca entre língua, discurso e ideologia. A materialidade da ideologia é o discurso, e a materialidade do discurso é a língua.

Desse modo, os sentidos não se originam em nós. Eles são retomados por nós. Aliás, em AD, conforme Orlandi (1996, p.108) são consideradas duas formas de esquecimento no discurso: o primeiro, também chamado de esquecimento ideológico, refere-se à ilusão do sujeito, de que ele é a fonte de seu discurso (“ilusão da autonomia do sujeito”); e o segundo diz respeito ao fato de o sujeito pensar que o que diz só pode ter um único sentido (“ilusão da transparência dos sentidos”, ilusão da realidade do pensamento).

Para se compreender, então, os processos de significação presentes no texto, é preciso considerar que os sentidos são determinados na história, na discursividade. Haja vista a opacidade e a incompletude da linguagem, os sentidos podem ser múltiplos. Diz Orlandi (1996, p.116): “Compreender, eu diria, é saber que o sentido poderia ser outro.” E ainda: “Compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, é compreendê-lo enquanto objeto lingüístico-histórico, é explicitar como ele realiza a discursividade que o constitui” (ORLANDI, 2005a, p. 70).

Outro ponto que atesta a necessidade de os sentidos serem pensados na historicidade é o fato de que a interpretação de um mesmo texto pelo mesmo ou por diferentes sujeitos pode variar em épocas diferentes. Isso porque uma leitura é resultado das experiências pessoais, da bagagem de conhecimento de cada um, enfim, das informações disponíveis no momento histórico em que é realizada. De acordo com Orlandi (1996, p. 41), “(...) toda leitura tem sua história. Para um mesmo texto, leituras possíveis em certas épocas não o foram em outras, e leituras que não são possíveis hoje serão no futuro”.

Em suma, refletir do ponto de vista discursivo implica considerarmos novas práticas de leitura, tendo em conta, entre outras coisas: “(...) o que é dito em um discurso e o

que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando ‘escutar’ a presença do não-dito no que é dito (...)” (ORLANDI, 2005b, p. 60). E acrescenta a autora: “(...) o modo de dizer não é indiferente aos sentidos” (id., 2005a, p. 35); “(...) a forma (o como se diz) importa mais do que o que se diz” (id., 2005b, p. 83). Desse modo, um dos objetivos da Análise de Discurso é chamar a atenção do leitor para a opacidade do texto.

## 1.2 A ideologia

Conforme exposto, na visão da Análise de Discurso, segundo Orlandi (1996, 2005a e b), o que define a formação dos sujeitos e determina o sentido do que dizemos é o interdiscurso, ou seja, a memória discursiva, a discursividade. Tal processo, sobre o qual não temos o controle, só é possível por meio da ideologia, articulada ao inconsciente. Nesse caso, a ideologia é condição para que sujeitos e sentidos se constituam, pela língua e pela história.

A autora sintetiza assim a concepção discursiva de ideologia e o processo de constituição do sujeito: “Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido” (2005a, p. 48).

Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2005a, p. 49).

Todo sujeito é ideológico. Ao longo da vida, os indivíduos experimentam situações, interiorizam discursos, os quais representam sua bagagem de conhecimento, sua visão de mundo, enfim, sua identidade. Desse modo, já que as crenças individuais decorrem da vivência, dos discursos assimilados, podemos perceber o enorme poder de influência social



dos meios de comunicação de massa na formação de opinião, de ideologias e, conseqüentemente, na estimulação de mudanças de comportamento, de atitude.

A linguagem é ideológica. As palavras carregam em si um significado, seja pela associação palavra/coisa, seja pela conjunção língua/história, e esse significado é determinado pelo funcionamento do imaginário, do inconsciente, da ideologia. Ademais, salienta Orlandi (2005a, p. 45), “o fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia”.

Pensar em ideologia, então, é associá-la à interpretação. Se todo sujeito é ideológico, e considerando que não existe discurso sem sujeito e que não há neutralidade no uso da linguagem, pois o homem tem sempre alguma intenção ao utilizá-la, é no discurso que a ideologia se materializa. Logo, interpretar um texto é reconhecer como a ideologia se manifesta nele. Daí a Análise de Discurso, como dito no início deste trabalho, ser também conhecida como prática interpretativa, ideológica.

Portanto, na perspectiva discursiva, a ideologia é vista como prática significante: pela ideologia o sujeito se significa, e pela ideologia os sentidos são significados. A todo momento temos de interpretar — a vida nos impõe a prática da interpretação. Essa é mais uma definição de ideologia dentre as muitas transformações do conceito ao longo da história.

De um modo geral, o termo ideologia, de acordo com Thompson (1995), tem sido caracterizado como sistemas de pensamento, de crenças ou de formas e práticas simbólicas. A partir da investigação de concepções anteriores, o autor, ao invés de reabilitá-las, retoma Karl Marx para propor uma formulação do conceito de ideologia ao se referir a inter-relações entre sentido e poder, entre linguagem e relações sociais de dominação:

Ao estudar a ideologia, não estamos simplesmente interessados em categorizar e analisar um sistema de pensamento ou crença, nem em analisar uma forma ou

sistema simbólico tomado em si mesmo. Ao contrário, estamos interessados em alguns dos que podem ser chamados de ‘usos sociais das formas simbólicas’. Estamos interessados em se, em que medida e como (se for o caso) as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas, transmitidas e recebidas (THOMPSON, 1995, p. 17-18).

Em síntese, para esse autor, estudar ideologia significa perguntarmos se “o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas em contextos específicos, para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p. 16).

Por formas simbólicas, Thompson (id., *ibid.*) entende todos os tipos de linguagem, seja escrita, oral ou visual, inseridas em contextos sociais, para estabelecer ou manter relações de dominação — “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1995, p. 79).

Já o termo “dominação” é caracterizado pelo autor com base no fato de que graus diferentes de poder são conferidos às pessoas dependendo de suas posições sociais:

A localização social das pessoas e as qualificações associadas a essas posições, num campo social ou numa instituição, fornecem a esses indivíduos diferentes graus de ‘poder’ (...). Podemos falar de ‘dominação’ quando relações estabelecidas de poder são ‘sistematicamente assimétricas’, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito (THOMPSON, 1995, p. 79-80).

Com base na concepção de Thompson, a ideologia é interpretada a partir da correlação entre linguagem, poder e contexto social. Para mostrar como a atribuição de determinados sentidos às palavras — e não de outros — pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação, Thompson identifica cinco modos de operação da ideologia — legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação — e algumas de suas estratégias típicas de construção simbólica. No entanto, são enfocados, a seguir, apenas os

modos e as respectivas estratégias que são usados para a análise do artigo *corpus* deste trabalho: legitimação e fragmentação.

No modo de operação da ideologia denominado de legitimação, as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem representadas como legítimas. Uma de suas estratégias de construção simbólica é a “racionalização”, por meio da qual o autor de uma forma simbólica constrói um raciocínio para justificar uma relação de poder. Outra estratégia é a “narrativização”, em que histórias contam o passado e tratam o presente como uma tradição eterna e aceitável.

As relações de dominação podem também ser mantidas segundo o modo de operação da ideologia denominado de fragmentação. Elas se mantêm por meio da segmentação de indivíduos ou grupos que possam vir a representar uma ameaça a grupos dominantes. A “diferenciação”, que enfatiza diferenças e divisões entre pessoas e grupos, é uma estratégia típica de construção simbólica da fragmentação. Desse modo, no caso do texto a ser analisado aqui, percebe-se, por parte de André Petry, uma busca de quebra da dominação ideológica pela igualdade de condições no tratamento dos cidadãos brasileiros pelo Judiciário.

### **1.3 A construção dos sentidos e a interlocução**

Ao longo da história, escreve KOCH (2004a e b), diversas concepções de linguagem humana têm sido defendidas, entre as quais ela destaca três: como representação do pensamento do homem e de seu conhecimento de mundo; como instrumento de comunicação, de transmissão de informação; e como forma de ação ou interação social.

Koch ressalta que as três concepções se completam e devem ser consideradas, porém a mais importante hoje em dia e a mais difundida nos estudos lingüísticos atuais é certamente a que caracteriza a linguagem como transformadora, ou seja, como forma de o homem agir sobre o mundo e sobre o outro, com os mais diversos propósitos. A autora defende que a linguagem deve ser vista, sobretudo, como forma de ação, “inter-ação” social dotada de intencionalidade, sendo, portanto, caracterizada pela argumentação:

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso — ação verbal dotada de intencionalidade — tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por essa razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia — a da sua própria objetividade (KOCH, 2004b, p. 17, grifo da autora).

Retoma-se, desse modo, a consideração de que é característica intrínseca da linguagem ser ideológica, nenhum texto é isento de intenção, e a conceituação de discurso como prática social, efeito de sentidos entre locutores — sujeitos e sentidos se constituem na interlocução (ORLANDI, 1996, 2005a e b).

Assim, é na interação que tanto autor quanto leitor atuam na produção de sentidos de um texto. Trata-se, portanto, de uma relação interpessoal — quem escreve e quem lê participa do processo de significação. Segundo Orlandi (1996, p. 22), os sentidos não se encontram exclusivamente no autor, no leitor ou no texto, mas no “espaço discursivo criado pelos dois interlocutores”. Essa autora diz ainda:

Já há, em estudos da linguagem que tratam da interação, uma espécie de consenso que diz que não há separação categórica entre locutor e destinatário. Essa afirmação se estabelece sobre o princípio de que “quem fala” e que “quem ouve” se determinam mutuamente. A relação, então, é de interdependência: quem fala, ao produzir, também está atribuindo sentido; quem ouve, ao atribuir, também produz sentido (ORLANDI, 1996, p. 88-89).

Ao sujeito-autor, através da escolha de estratégias e recursos lingüísticos com fins de orientação argumentativa, cabe buscar garantir a construção dos sentidos que pretende sejam acionados pelo leitor. Enfim, seria atribuição do autor fornecer condições para que os leitores sejam capazes de apreender suas intenções (KOCH, 2004a e b), mas, é claro, isso nem sempre acontece, dadas as mais diversas condições de produção do discurso.

Como os sentidos são construídos na interlocução, o autor não tem autonomia para controlá-los. A esse respeito, diz Orlandi (1996, p. 10-11), que a relação autor/leitor/texto nega a possibilidade de:

- a) um autor onipotente, cujas intenções controlassem todo o percurso da significação do texto;
- b) a transparência do texto, que diria por si toda (e apenas uma) significação; e, ainda,
- c) um leitor onisciente, cuja capacidade de compreensão dominasse as múltiplas determinações de sentidos que jogam em um processo de leitura.

De qualquer modo, considera-se que o autor busca esse controle do dito, da construção dos sentidos, que isso faz parte da prática discursiva e ocorre na interação pela linguagem. Para tanto, postula Orlandi (2005a) que, em um mecanismo de antecipação da leitura, o sujeito-autor, no ato da enunciação, coloca-se imaginariamente no lugar do leitor — cria um leitor virtual —, visando ajustar seu dizer aos objetivos que pretende alcançar. “Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (ORLANDI, 2005a, p. 39).

A esse respeito, pode-se fazer referência à conceituação de texto, a partir de características que o delimitam, segundo Geraldi (1997, p. 98-101), tendo como pano de fundo a afirmação de que todo autor visa dizer algo a alguém, ao outro: “Um texto é uma seqüência verbal escrita formando um todo acabado, definitivo e publicado” (id., *ibid.*). Por texto “acabado”, “definitivo” e “publicado”, entende-se o dito finalizado por seu autor, com pistas suficientes para a sua compreensão e destinado ao outro, imaginário ou real:

O outro é a medida: é para o outro que se produz o texto. E o outro não se inscreve no texto apenas no seu processo de produção de sentidos na leitura. O outro insere-se já na produção, como condição necessária para que o texto exista. É porque se sabe do *outro* que um texto acabado não é fechado em si mesmo. Seu sentido, por maior precisão que lhe queira dar seu autor, e ele o sabe, é já na produção um sentido construído a dois. Quanto mais, na produção, o autor imagina leituras possíveis que pretende afastar, mais a construção do texto exige do autor o fornecimento de *pistas* para que a produção do sentido na leitura seja mais próxima ao sentido que lhe quer dar o autor (GERALDI, 1997, p.102).

Desse modo, tendo em vista que as intenções de quem escreve podem ser as mais variadas e este, entre outros fatores, não ter o controle dos percursos de significação do texto por parte de quem o lê, há sempre uma tensão entre interpretações previstas e as que, não pretendidas, podem ser construídas.

Sem dúvida, o sujeito-leitor, ao interpretar um texto, também produz sentidos, ou seja, constrói uma leitura, que pode ou não coincidir com a desejada pelo autor. Nesse caso, a atitude do interlocutor não é passiva, haja vista que a ele cabe ativar seu conhecimento de mundo, reconhecer o emprego de recursos lingüísticos como orientação argumentativa, considerar as condições de produção do texto, enfim, estabelecer relações entre partes do texto e deste com outros textos. Sobre isso, afirma Koch:

(...) a mera decodificação dos sinais emitidos pelo locutor não é de modo algum suficiente: cabe ao ouvinte/leitor estabelecer, entre os elementos do texto e todo o contexto, relações dos mais diversos tipos, para ser capaz de compreendê-lo em seu conjunto e interpretá-lo de forma adequada à situação (KOCH, 2004a, p. 25).

Na visão da Análise de Discurso, afirma Orlandi (1996) que a leitura não é apenas decodificação das informações contidas no texto. Ela considera que pensar dessa maneira seria “reducionismo lingüístico”. A visão da leitura como produção de sentidos seria oposta a essa:

Não encara o texto apenas como produto, mas procura observar o processo de sua produção e, logo, da sua significação. Correspondentemente, considera que o leitor não apreende meramente um sentido que está lá; o leitor atribui sentidos ao texto. Ou seja: considera-se que a leitura é produzida e se procura determinar o processo e as condições de sua produção. Daí se poder dizer que a leitura é o momento crítico da constituição do texto, o momento privilegiado do processo de interação verbal, uma vez que é nele que se desencadeia o processo de significação (ORLANDI, 1996, P. 37-8).

Nessa tarefa de atribuir sentidos ao texto, de interpretá-lo estabelecendo uma conexão entre suas marcas lingüísticas e as idéias e possíveis intenções do autor, a realização de inferências é de fundamental importância. É preciso ler para além do sentido literal das palavras — ler nas entrelinhas — para perceber o que elas nos sugerem. “Quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também está significando” (ORLANDI, 1996. p. 11).

Koch (2004b, p. 23), com base em considerações de Ducrot, ressalta: “(...) existe um implícito ‘absoluto’ — aquilo que se introduz por si mesmo no discurso e que o locutor diz sem que o queira e mesmo sem que o saiba — e um implícito ‘relativo’, interno àquilo que o locutor ‘quer dizer’”.

Daí se conclui que sempre há informações implícitas nos textos. Para recuperá-las, devemos realizar inferências, recorrendo, para tanto, à nossa visão de mundo e a conhecimentos compartilhados — “quanto maior o conhecimento partilhado, menor a necessidade de verbalização” (KOCH, 2004a, p. 25). E o próprio fato de as inferências serem de responsabilidade do interlocutor, que decorrem de experiências pessoais, explica a possibilidade de múltiplas interpretações para um mesmo texto.

Sendo assim, pode-se dizer, em termos de bagagem intelectual, que cada um é relativamente responsável por sua leitura, ou seja, pelos sentidos que atribui ao texto. Isso porque, como sabemos, a construção de sentidos é determinada pelo interdiscurso, pela formação discursivo-ideológica de cada um.

## **1.4 As estratégias de argumentação e as marcas lingüísticas**

Conforme as considerações teóricas até aqui levantadas, constata-se que a linguagem deve ser enfocada, sobretudo, como processo de ação e de interação social, como prática discursiva fundamentada na argumentação. Por meio do texto, o autor visa convencer o leitor — embora não tenha controle disso — de que tem razão sobre determinado ponto de vista, podendo, assim, influenciar seu comportamento.

Por trás de todo texto, portanto, existe sempre uma intenção, que pode ser captada ao se reconhecer a orientação argumentativa decorrente das estratégias nele empregadas. Isso pode ser recuperado, como vimos até aqui, com base nas marcas lingüísticas da enunciação encontradas no texto. Passa-se, então, a abordar algumas delas.

### **1.4.1 Os tempos verbais**

Segundo teoria do lingüista alemão, Weinrich (apud KOCH, 2004a e b), feita com base em estudos do sistema verbal francês, a função dos tempos verbais no discurso não é a de indicar um momento no tempo — tempo cronológico —, mas a de estabelecer determinada situação comunicativa. O autor divide os tempos verbais em dois grupos, ambos do Modo Indicativo: fazem parte do grupo I o Presente, o Pretérito Perfeito Composto, o Futuro do Presente, o Futuro do Presente Composto e locuções verbais formadas com tais tempos; e do grupo II, o Pretérito Perfeito Simples, o Pretérito Imperfeito, o Pretérito Mais-que-Perfeito, o Futuro do Pretérito e também as locuções verbais construídas com esses tempos.



Weinrich (id., *ibid.*) sustenta a existência de duas situações comunicativas diferentes, sendo cada uma delas determinada conforme haja predominância de tempos verbais do grupo I ou do grupo II. Daí resulta sua distinção entre mundo comentado e mundo narrado. A noção de tempo verbal deve ser compreendida como “comportamento do falante articulado nos dois grupos temporais do mundo comentado e do narrado” (WEINRICH *apud* KOCH, 2004b, p. 39).

O emprego de tempos verbais do mundo comentado (grupo I) indica que a situação comunicativa é um comentário. Nesse caso, diz-se que o locutor está engajado, assume atitude tensa ao expor pontos de vista a interlocutores, esperando destes, por sua vez, uma reação, seja favorável ou contrária. O locutor assume a responsabilidade pelo que diz. “O uso dos tempos do mundo comentado torna um texto explicitamente opinativo, crítico, argumentativo” (KOCH, 2004a, p. 58).

O falante está comprometido: tem de mover e tem de reagir e seu discurso é um fragmento de ação que modifica o mundo em um ápice e que, por sua vez, empenha o falante também em um ápice (...) **Comentar é falar comprometidamente** (WEINRICH *apud* KOCH, 2004b, p. 36, grifo da autora).

Já o emprego de tempos verbais do mundo narrado (grupo II) indica que a situação comunicativa é um relato. A atitude assumida pelo locutor é tranqüila, relaxada, pois não há comprometimento com relação ao que enuncia. Ele está simplesmente contando uma história, um fato. Nesse caso, o interlocutor assume uma atitude passiva, não tem de reagir. Aqui, Koch (2004a, p. 13-14) faz uma ressalva: a de que, em termos de linguagem humana, é impossível a total neutralidade do narrador.

Os Modos Subjuntivo e Imperativo e as formas do Infinitivo, do Gerúndio e do Particípio não foram classificados por Weinrich como pertencentes ao grupo I ou II, pois ele os considera semitempos, haja vista não caracterizarem o mundo comentado nem o narrado. No entanto, de acordo com o autor, associadas aos tempos dos grupos mencionados

anteriormente, tais formas verbais estabelecem a atitude comunicativa desses grupos, a de comentar ou narrar.

Para ratificar sua posição de que as formas verbais no discurso não caracterizam tempo cronológico, mas situação comunicativa de relato ou comentário, Weinrich (id., *ibid.*) destaca o fato de as manchetes de jornal, por fazerem parte do mundo comentado, apresentarem geralmente o verbo no Presente. O objetivo é chamar a atenção do leitor. É a partir da manchete que se vai comentar, argumentar. Pela mesma razão, o autor justifica o emprego do verbo no Presente (tempo do mundo comentado) em trechos descritivos do comentário, e o do Pretérito Imperfeito (tempo do mundo narrado) em descrições no relato. Esse lingüista propõe ainda que pode haver o emprego de tempos verbais do mundo narrado no mundo comentado, e vice-versa, o que ele denomina de “metáfora temporal”.

Por exemplo, os tempos do grupo II — que representam o mundo narrado —, utilizados em situações comentadoras, exprimem particularidades do relato, como atitude de distanciamento, relaxamento, falta de compromisso do locutor. O emprego de tais tempos verbais, ao introduzir matizes que podem exprimir cortesia, timidez, hipótese, incerteza, irrealidade etc., atenua a validade do comentário.

Por outro lado, os tempos do grupo I — que representam o mundo comentado —, ao serem empregados em relato, levam consigo algo do compromisso e da tensão típicos do comentário. Verifica-se, desse modo, a dilatação da validade do relato.

Percebe-se, portanto, considerando que não há concordância entre os grupos temporais e as situações comunicativas, um valor metafórico: “(...) comenta-se como se se narrasse ou narra-se como se se comentasse” (KOCH, 2004b, p. 39).

Para Weinrich, o sistema verbal indica não só a situação comunicativa no discurso, mas também a perspectiva — esta, sim, relacionada a tempo cronológico, admite o autor — e o relevo. Com relação à perspectiva, no mundo comentado, o Presente constituiria o tempo zero (tempo base, sem perspectiva); o Futuro do Presente, a perspectiva prospectiva; e o Pretérito Perfeito Composto, a perspectiva retrospectiva. No mundo narrado, o Pretérito Perfeito Simples e o Pretérito Imperfeito são tempos zero, o Futuro do Pretérito indica a perspectiva prospectiva e o Pretérito Mais-que-Perfeito, a perspectiva retrospectiva. O relevo seria, segundo esse autor, observado somente no mundo narrado, entre o Pretérito Perfeito Simples (tempo do primeiro plano, marca a ação na narrativa) e o Pretérito Imperfeito (tempo do segundo plano, representa o pano de fundo).

Segundo Koch (id., *ibid.*), após estudos sobre a teoria dos tempos verbais de Weinrich, verificou-se sua validade também na língua portuguesa. Entretanto, ressalta a autora a grande incidência do Pretérito Perfeito Simples no relato e no comentário em português, o que não acontece no francês. Nesse caso, deve-se admitir a presença do Pretérito Perfeito Simples no mundo narrado — em que, de acordo com Weinrich, representa tempo zero — e também no mundo comentado, neste indicando perspectiva retrospectiva em relação ao Presente.

Diante do impasse, afirma a autora:

Somos de opinião que, quando a co-ocorrência do perfeito simples com tempos do mundo comentado não se dá dentro de um mesmo período, é possível considerar tais empregos como momentos narrativos dentro do comentário: introduz-se um relato para servir de base a um comentário posterior, ou faz-se o comentário, acrescentando-se, a seguir, um argumento ou uma exemplificação em forma de relato. Todavia, nos casos em que o perfeito simples co-ocorre com tempos do comentário dentro de um mesmo período, fato bastante freqüente em português, somos de opinião que se trata de um tempo do mundo comentado e postulamos (...) a existência de uma neutralização entre duas formas diversas; a que constitui, em nossa língua, o tempo zero do mundo narrado e a que representa a perspectiva retrospectiva em relação ao tempo zero, no mundo comentado (KOCH, 2004b, p. 41-42).

Nesse caso, em um texto, a inclusão de exemplos em forma de relato, ainda que os verbos não estejam nos tempos que, segundo Weinrich, pertencem ao mundo narrado, pode ser considerada como estratégia de argumentação.

#### 1.4.2 A exemplificação e o comentário

Geraldi tece as seguintes considerações sobre a importância persuasiva da exemplificação:

(...) os fatos, os dados do mundo, trazidos para o discurso, nele exercem mais do que uma simples função informativa: eles são agenciados pelo locutor em função de seus objetivos e esta ação os transforma em dois sentidos: de um lado porque são apresentados como uma construção específica do real, de outro lado porque se transformam, no discurso, em argumentos a favor do ponto de vista que o locutor pretende defender (GERALDI, 1997, p. 33).

Ou seja, o locutor recorre à exemplificação baseada em dados concretos, reais, como estratégia para comprovar a veracidade de sua tese. Os fatos dados como exemplos seriam então considerados argumentos indiscutíveis, decisivos, no sentido de orientar o interlocutor para a conclusão pretendida.

Koch (2004c) classifica a inserção de exemplos como estratégia formulativa ou textual-interativa.

São estratégias formulativas aquelas que se destinam a atuar na organização do texto a fim de facilitar a compreensão dos enunciados pelo interlocutor e/ou provocar a sua adesão àquilo que é dito, visando garantir, assim, o sucesso da interação (KOCH, 2004c, p. 104).

As inserções de explicações e de comentários jocosos são também classificadas por essa autora como estratégias formulativas. As explicações servem para esclarecer,

ressaltar partes do enunciado, enquanto que os comentários jocosos são utilizados para despertar o interesse do outro e criar um clima de intimidade ou de cumplicidade.

### **1.4.3 A ironia**

As ironias, devido ao efeito cômico, humorístico que proporcionam ao texto, podem ser classificadas como estratégia formulativa de inserção de comentário jocoso. De acordo com Fiorin e Savioli (2004), quando não há uma correspondência, mas um conflito intencional entre o que se diz e o que se quer dizer, ou seja, diz-se uma coisa para que se compreenda outra, para que signifique o contrário do que se disse, tal recurso é denominado de ironia. Trata-se de estratégia persuasiva em que o autor diz sem dizer, revela significados deixando-os encobertos, subentendidos. O objetivo é levar o leitor a concordar mais facilmente como o que foi dito, fazendo-o construir o sentido através da oposição de idéias.

### **1.4.4 A repetição e a paráfrase**

Outra estratégia de formulação textual é a repetição e a paráfrase, consideradas por Koch (2004c) como de grande valor persuasivo: “As repetições e parafraseamentos retóricos têm por principal função o reforço da argumentação — estratégia que vimos denominando informalmente ‘técnica da água mole em pedra dura’ (...)” (KOCH, 2004c, p.112). Cabe aqui esclarecer que, na análise do artigo *corpus* deste trabalho, não foi constatado o emprego da paráfrase, embora o autor ao relatar casos de corrupção possa ter

parafrazeado notícias. Em todo caso, não irei me aprofundar nesse ponto por não considerá-lo fundamental para a presente pesquisa.

Koch ressalta ainda que a “repetição de estruturas — paralelismo sintático — serve para incrementar a força retórica do texto” (2004c, p.115).

#### **1.4.5 Os articuladores textuais**

Quanto a marcas responsáveis pela progressão textual, isto é, pelo encadeamento de segmentos do texto, também denominadas de articuladores textuais, cabe destacar os articuladores de conteúdo proposicional, especificamente os marcadores de relações espaço-temporais — “que servem para sinalizar as relações espaciais e temporais entre os estados de coisas a que o enunciado faz referência” — e os articuladores discursivo-argumentativos, mais conhecidos como operadores argumentativos, “responsáveis pela orientação argumentativa dos enunciados que introduzem” (KOCH, 2004c, p.130-131).

Entre os operadores argumentativos, aqui destacam-se: o “mas” — considerado por Ducrot (apud Koch, 2004b) como o operador argumentativo por excelência —, que indica oposição entre argumentos; o operador “e”, que adiciona argumentos; “até”, que assinala o argumento mais forte; “só” e “apenas”, que orientam para a negação da totalidade; “já”, que introduz conteúdos pressupostos; e “que”, que introduz justificativas ou explicações (KOCH, 2004a e b).

Koch salienta que os articuladores são multifuncionais. E adverte que, dependendo do contexto textual-discursivo em que esteja inserido, um mesmo operador pode indicar diferentes relações de significação e, nesse caso, ser classificado de maneira diferente.

Eles operam na progressão textual, sendo responsáveis, entre outras funções, pela coesão e pela orientação da construção do sentido, isto é, da coerência (KOCH, 2004c, p.144).

#### 1.4.6 A pontuação

Outro fato a considerar ao tratarmos da argumentividade é a pontuação. Orlandi (2004b) analisa a questão da pontuação a partir do ponto de vista discursivo. Sendo o texto a materialização do discurso, essa autora defende que a pontuação deve ser vista como mecanismo de organização textual, de ajuste na relação entre discurso e texto. Ou seja, ela enfoca a pontuação como manifestação da discursividade, da incompletude da linguagem, aí incluídas a do sujeito e a dos sentidos. Ela postula:

(...) a pontuação serve para dar uma dimensão ao discurso no espaço textual. O texto dimensiona, por assim dizer, o discurso, e a pontuação é um de seus 'instrumentos'. Ao mesmo tempo em que é um mecanismo de espacialização dos sentidos na superfície do texto — e como, do ponto de vista discursivo, nunca temos o completo porque não podemos esgotar os sentidos — a pontuação é uma violência simbólica necessária: um mecanismo que administra nossa relação à incompletude da linguagem, trabalhando a incompletude do sentido e o inacabamento do sujeito (ORLANDI, 2005b, p.116).

Desse modo, a pontuação é o vestígio da textualização do discurso, que indica as relações de sentidos, a ligação entre a incompletude do discurso e a completude imaginária do texto. Daí emerge a questão da subjetivação e, portanto, da múltipla possibilidade de sentidos na interpretação. Eis o que diz a autora, por exemplo, sobre as reticências:

As reticências [...] são signos de silêncio, presença de uma ausência anunciada. Um acréscimo radical que abre para tudo, para qualquer coisa. Não é o vazio: elas marcam o lugar de um acréscimo possível, mesmo necessário, livrado à memória, aberto ao efeito leitor (ORLANDI, 2005b, p.121).

A pontuação serve, portanto, para indicar que, discursivamente, os sentidos não se esgotam no texto. E as reticências são um lembrete dessa continuidade. No caso, suspende-se o pensamento para dar vazão à discursividade, à subjetivação.

#### 1.4.7 Os recursos avaliativos

Segundo Koch (2004a e b), expressões adjetivas, formas adverbiais e seleção lexical podem ser consideradas recursos avaliativos. Parece ser o caso, por exemplo, do adjetivo “inacreditável” e do advérbio “finalmente” nos seguintes trechos do artigo *corpus* deste trabalho: “Um ministro do STJ, Paulo Gallotti, entendeu a inacreditável injustiça que se fazia contra Maria e mandou libertá-la” (§ 7º) e “Na terça-feira, quando lhe deram a notícia de que finalmente seria libertada, Maria não acreditou” (§ 9º). Em ambos os casos, percebe-se juízo de valor: por meio do adjetivo “inacreditável”, o autor reforça sua indignação quanto à injustiça cometida contra Maria e, com o emprego do advérbio “finalmente”, critica, implicitamente, a demora no desfecho do caso.

A autora salienta a poderosa carga de implícitos de certas palavras inseridas estrategicamente no texto e, com base em considerações de Perelman, conclui que a escolha dos vocábulos está ligada à intenção argumentativa — “(...) **não existe escolha neutra**”. Para exemplificar, acrescenta que os sinônimos não são empregados indistintamente, mas em função do contexto em que estão inseridos. Nesse caso, dependendo do sentido que se queira produzir, utiliza-se um ou outro vocábulo (KOCH, 2004b, p.155, grifo da autora).



### 1.4.8 Os pressupostos e os subentendidos

Segundo Fiorin e Savioli (2004, p. 305-311), os conteúdos implícitos de um texto podem ser de dois tipos: pressupostos e subentendidos, e são bastante utilizados argumentativamente. Pressupostos “são idéias não expressas de maneira explícita, que decorrem logicamente do sentido de certas palavras ou expressões contidas na frase”. São tidos como verdadeiros, pois as informações explícitas se constroem a partir deles. O pressuposto decorre, então, necessariamente, de marcas lingüísticas. Já os subentendidos “são insinuações, não marcadas lingüisticamente, contidas numa frase ou num conjunto de frases”. São utilizados para que o locutor transmita suas idéias sem se comprometer, pois apenas as sugere, não diz explicitamente. O subentendido está ligado à situação comunicativa, ao contexto, e, portanto, é de responsabilidade do leitor/ouvinte.

Quanto à função argumentativa dos pressupostos, dizem os autores:

Na leitura, é muito importante detectar os pressupostos, pois eles são um recurso argumentativo que visa a levar o leitor ou ouvinte a aceitar certas idéias. Ao introduzir um conteúdo sob a forma de pressuposto, o falante transforma o ouvinte em cúmplice, pois a idéia implícita não é posta em discussão, é apresentada como se fosse aceita por todos, e os argumentos explícitos só contribuem para confirmá-la. O pressuposto aprisiona o ouvinte ao sistema de pensamento montado pelo falante (FIORIN; SAVIOLI, 2004, p. 307).

Enfim, a construção dos sentidos textuais se dá no processo interlocutivo. O sujeito-autor terá de fazer escolhas lingüísticas, optar por estratégias de argumentação, de modo a tentar assegurar a leitura, a interpretação desejada por parte de seus interlocutores. É a partir das indicações explícitas e implícitas das idéias do locutor, que, segundo Koch (2004b), correspondem, respectivamente, à diferença entre dizer e mostrar, que se desencadeia o processo de significação.

## **CAPÍTULO 2 - *É A CARA DO BRASIL: UMA ANÁLISE***

Com base no referencial teórico delimitado e nas pistas fornecidas pelo autor – André Petry –, este capítulo trata da análise do artigo *É a cara do Brasil*, a fim de apreender seus efeitos de sentido. De um modo geral, esse texto discorre sobre as contradições da Justiça no Brasil ao indicar, implicitamente, que há uma relação direta entre impunidade e poder aquisitivo. Dá a entender que a Justiça não é igualitária, neutra, pois faz distinção de classe social, isto é, pune o pobre e isenta de responsabilidade o rico. Se o criminoso for um miserável ou uma pessoa de baixa renda, seu destino é a cadeia. Entretanto, se o crime for cometido pela elite, que pode pagar bons advogados, o resultado é a impunidade.

Para comprovar sua tese, o autor estabelece um paralelo, em formato de narrativa, entre o ato ilícito cometido pela empregada doméstica Maria Aparecida de Matos e escândalos de corrupção envolvendo o ex-governador de Roraima Neudo Campos, o deputado federal Jader Barbalho, a “máfia dos vampiros” do Ministério da Saúde e o ex-servidor dos Correios Maurício Marinho.

Dessa forma, o artigo pode ser dividido em dois segmentos: nos §§ 1º, 3º, 5º, 7º e 9º, André Petry conta a história da empregada doméstica desde que foi presa por tentativa de furto de um xampu e um condicionador, sendo por isso condenada por um ano de detenção, e a batalha jurídica para libertá-la. Já nos parágrafos intercalados — 2º, 4º, 6º e 8º —, o autor relata os crimes cometidos pelas autoridades e pelo ex-servidor dos Correios e os respectivos desfechos.

Em suma, em ambos os segmentos, a partir das escolhas lingüísticas, da seleção de dados e da organização textual, que representam estratégias de interação na construção dos

sentidos, percebe-se, explícita ou implicitamente, em maior ou menor grau, a opinião do autor, seu posicionamento político-ideológico.

Antes de passar a analisar parágrafo por parágrafo, cabe salientar que, quanto ao emprego dos verbos, e de acordo com a teoria de Weinrich (citada na seção 2.4.1 Os tempos verbais, do capítulo anterior), as ocorrências, no artigo, de locuções verbais foram classificadas como tempos verbais do grupo I ou do grupo II conforme indicação do verbo auxiliar. Ressalto ainda que somente foram enfocadas marcas lingüísticas consideradas representativas em termos de recurso argumentativo.

No primeiro período do § 1º, o autor utiliza o Presente “tem” e “acaba de deixar” (tempo do mundo comentado, grupo I) — este último com valor retrospectivo — e o Pretérito Perfeito Simples “passou” (tempo do mundo narrado, grupo II) para descrever a protagonista da história, a empregada doméstica Maria Aparecida de Matos, e a situação em que ela se encontra. Como se viu no capítulo anterior, segundo Koch (2004b), o emprego de tais tempos no mesmo período caracteriza o comentário. Nesse caso, o Pretérito Perfeito “passou” representa a perspectiva retrospectiva em relação ao Presente “acaba de deixar”, tempo zero do mundo comentado. O trecho descritivo da empregada doméstica “tem 24 anos, dois filhos” confirma a observação de Weinrich de que descrições no comentário apresentam o verbo no Presente.

No segundo e no terceiro períodos do § 1º aparecem apenas tempos do mundo narrado, grupo II: “foi presa”, Pretérito Perfeito Simples, e “tentava furto” e “custavam”, Pretérito Imperfeito. Trata-se de um relato sobre o motivo da prisão da empregada doméstica Maria Aparecida de Matos. Nesse caso, de acordo com Weinrich, o locutor estaria simplesmente narrando um fato, sem se envolver. Ou seja, mantém-se neutro. Entretanto, não é isso o que parece ocorrer.

Ao informar que a empregada doméstica foi presa em flagrante quando “tentava furtar” um xampu e um condicionador, há o pressuposto de que ela não chegou a furtar. Ela tentou, mas não conseguiu. Ademais, fica subentendido o absurdo da penalidade em relação ao valor irrisório dos produtos. Isso o autor não diz, mas sugere que o leitor assim raciocine ao associar que Maria passou “um ano e sete dias” na prisão porque tentou furtar produtos no valor de “24 reais”. Essa idéia da “insignificância do crime” é confirmada no § 7º, quando André Petry relata que a defesa de Maria recorreu ao STJ — “O recurso não negava o furto, apenas pedia que Maria fosse libertada devido à insignificância do crime, princípio que já tem jurisprudência formada”. Nota-se, portanto, certo envolvimento do autor com o que enuncia. Desse modo, no § 1º, o marcador temporal “um ano e sete dias”, a locução verbal “tentava furtar” e o valor dos produtos “24 reais” parecem indicar a intenção crítica do autor.

Com relação ao relevo, ainda no § 1º, confirmando a observação de Weinrich, o trecho “Ela foi presa em flagrante” marca a ação na narrativa (1º plano), determinada pelo Pretérito Perfeito Simples, e “quando tentava furtar um xampu e um condicionador numa farmácia, em São Paulo”, o pano de fundo (2º plano), definido pelo Pretérito Imperfeito.

Os dois primeiros períodos do § 2º apresentam o Pretérito Imperfeito “tentava furtar” e o Pretérito Perfeito Simples “foi pego”, “desviou”, “foi preso” e “ficou”, tempos do relato (grupo II). Já o terceiro período traz o Particípio “Solto”, semitempo; e o Presente “está”, tempo do grupo I, indicando tratar-se de um comentário. O quarto e o quinto períodos também são considerados comentários, apesar do verbo elidido (Presente “está”, grupo I).

Segundo Koch (id., *ibid.*), quando a co-ocorrência do Pretérito Perfeito Simples e de tempos do grupo I (mundo comentado) não ocorre no mesmo período, pode-se considerar tais empregos como momentos narrativos no comentário. É o caso do § 2º, em que a inclusão de exemplo de crime cometido pelo ex-governador de Roraima Neudo Campos, em forma de relato, serve de base para a argumentação.

Dessa forma, pode-se classificar o § 2º, de acordo com Koch, como estratégia formulativa de inserção de exemplo. Ao iniciar o parágrafo com o marcador temporal “Enquanto isso...” — e em negrito, para destacar tal efeito de sentido —, associado às reticências, o autor deixa subentendido, de forma bem-humorada, tratar-se de uma comparação entre o caso da empregada doméstica Maria Aparecida de Matos e o do ex-governador Neudo Campos. A intenção parece ser contrastar classe social, natureza dos crimes e conseqüências. É interessante notar que o autor compara sem necessariamente usar marcas explícitas. Nesse caso, o “Enquanto isso”, além de marcador temporal — fazendo referência ao fato de que ambos foram pegos na mesma época —, teria, sobretudo, o sentido de “ao passo que”, marcador de confronto.

Outro recurso argumentativo em evidência é a mudança de estilo de linguagem. No § 1º, o autor se utiliza de uma linguagem formal, séria ao se referir à empregada doméstica Maria Aparecida de Matos, enquanto que, no § 2º, emprega uma linguagem mais coloquial e debochada — o que demonstra sua parcialidade, a favor de Maria — ao comentar o caso do ex-governador Neudo Campos. Essa quebra de linguagem fica ainda mais demarcada pelo fato de o § 2º vir entre parênteses. Com tal sinalização, o autor parece querer indicar ainda que vai suspender o fio do discurso para inserir exemplos – fatos –, que servem como argumentos que convergem para uma conclusão desejada para o texto.

Esse sentido de comparação e de deboche na linguagem empregada no § 2º foi construído por meio dos seguintes recursos: do marcador temporal “Enquanto isso...”, já comentado; da repetição da locução “tentava furtar”, para frisar que Maria Aparecida de Matos nem chegou a furtar; do operador argumentativo “que”, que introduz a oração subordinada adjetiva explicativa “que desviou uns 300 milhões de reais da folha salarial do estado” — classificada, segundo Koch (2004c), como estratégia formulativa de inserção de explicação —, para ressaltar, esclarecer o caso dos gafanhotos; da ironia em “uns 300 milhões

de reais”, em que o autor deprecia a quantia –“uns” – para valorizá-la; dos operadores argumentativos “mas” e “só” em “Campos foi preso, mas ficou só dez dias no xilindró”, indicando oposição de argumentos e negação da totalidade, ou seja, foi preso, mas não ficou preso por muito tempo; da gíria “xilindró” – quase folclórica, do “bom” malandro brasileiro –, em contraste com o sinônimo “prisão”, no § 1º, termo formal, cujo efeito de sentido, nesse contexto, aponta para a dramaticidade do ocorrido com a empregada doméstica; e dos marcadores temporais “6 de dezembro de 2003” e “desde então” e do operador argumentativo “E”, que adiciona argumentos — Neudo Campos não só está livre como também rico —, em “Solto em 6 de dezembro de 2003, está livre desde então. Livre, leve e solto. E rico”. Todos esses recursos estão a serviço da argumentatividade.

Enfim, além de classificar o § 2º como estratégia formulativa de inserção de exemplo, dado seu efeito de sentido cômico, e de acordo com Koch, pode-se também considerá-lo como estratégia formulativa de inserção de comentário jocoso.

Nota-se também, no § 2º, a questão do relevo: “Na época em que Maria tentava furtar cosméticos” marca o pano de fundo da narração (2º plano) e “o ex-governador de Roraima Neudo Campos foi pego no caso dos gafanhotos, que desviou uns 300 milhões de reais da folha salarial do estado”, a ação (1º plano).

O § 3º inicia-se com um comentário. O Presente “é” e “sabe” (grupo I) é empregado para descrever a empregada doméstica. Em seguida, aparecem apenas tempos do mundo narrado (grupo II) — “teve”, “foi atendida”, “revoltou”, “chegou”, “achou” e “ficou”, Pretérito Perfeito Simples; e “solicitava” e “tinha de ficar”, Pretérito Imperfeito —, com exceção do Infinitivo “pagar” e do Subjuntivo “aguardasse”, semitempos. Novamente, no relato, não se confirma a observação de Weinrich sobre o comportamento imparcial do locutor. Em ambas as situações comunicativas, comentário e narração, percebe-se o engajamento do autor na defesa de Maria Aparecida de Matos.

André Petry, nos dois primeiros períodos do § 3º — “Maria é analfabeta, só sabe desenhar o nome. Nunca teve dinheiro para pagar advogado” —, retoma a descrição da empregada doméstica, justificando, mais uma vez, sua atitude. Ele não diz que ela não deveria ser punida, mas mostra, argumenta, narrando ou descrevendo sua vida, que ela tinha “motivos” para fazer o que fez. Nesse trecho, devido ao operador argumentativo “só”, que orienta para a negação da totalidade, ou seja, Maria não é uma pessoa instruída, letrada, e ao marcador temporal “Nunca”, também utilizado com função argumentativa, a intenção do autor parece ser a de retratar a precária condição social de Maria e deixar subentendido que, se ela tivesse condição financeira para pagar advogado, não estaria presa. Isto é, dá a entender que o ex-governador Neudo Campos está solto porque tem dinheiro, é rico, pode pagar advogado e, por que não, “comprar” sua liberdade.

Já nos quatro últimos períodos do § 3º, o autor relata o insucesso de ação impetrada na Justiça para que Maria Aparecida de Matos aguardasse o julgamento em liberdade. No terceiro período, André Petry demonstra sua indignação por meio do marcador temporal “Depois de presa”, insistindo no fato de que Maria foi presa, e do operador argumentativo “que”, que introduz a oração subordinada adjetiva explicativa “que se revoltou com o absurdo da situação” — classificada, segundo Koch, como estratégia formulativa de inserção de explicação —, fazendo referência à advogada Sônia Regina Arrojo e Drigo e também deixando subentendido o fato de que ele próprio, autor, concorda que a situação é absurda.

Nos dois últimos períodos do § 3º isso fica ainda mais evidente: “A Justiça achou que ela tinha de ficar presa. Ficou.” Ao empregar o verbo “achou”, o autor deixa subentendido que a Justiça não decidiu com base nos fatos, mas simplesmente, a seu bel-prazer, opinou. Achar, poderia significar, nesse contexto, “julgar, considerar ou supor”. No entanto, o verbo achar é usado, normalmente, em situações coloquiais e os três últimos em

situações mais formais de interação e, em se tratando da formação discursiva do judiciário, “julgar” seria o verbo mais apropriado. Desse modo, dizer “ A Justiça achou” aponta para o entendimento do autor de que a Justiça fez pouco caso de Maria Aparecida de Matos.

No § 4º, de acordo com a teoria de Weinrich, os três primeiros períodos indicam que a situação comunicativa é um relato, haja vista o emprego apenas de tempo do mundo narrado (grupo II): o Pretérito Perfeito “foi acusado”, “patrocinou”, “Foi preso” e “Ficou”. Já os três últimos períodos, construídos com o Presente “Está” e “é”, tempo do mundo comentado (grupo I), caracterizam o comentário, apesar do verbo elidido no último período. Mais uma vez, em ambas as situações, percebe-se a intenção do autor de persuadir o leitor. A alegação de Weinrich, portanto, quanto à isenção do locutor no relato não é confirmada. Até porque, conforme observado, segundo Koch, o emprego do Pretérito Perfeito Simples e de tempos do grupo I em períodos diferentes pode ser considerado como momento narrativo no comentário.

Nota-se que a estrutura do § 4º é semelhante à do § 2º, recurso denominado de paralelismo sintático: é introduzido um relato para servir de base a um comentário posterior. Assim, o § 4º pode ser classificado como estratégia formulativa de inserção de exemplo — no caso, o do envolvimento do deputado federal Jader Barbalho com a máfia da Sudam; de inserção de comentário jocoso, pois o autor retoma a linguagem informal com tom de deboche; e, sobretudo, como estratégia formulativa de repetição, com fins de reforço argumentativo. O autor deixa subentendida a intenção de comparar o caso da empregada doméstica Maria Aparecida de Matos com o do deputado Jader Barbalho.

Para tanto, André Petry se vale dos seguintes recursos: do marcador temporal “Enquanto isso...”, empregado com função comparativa; do operador argumentativo “que”, que introduz a oração subordinada adjetiva explicativa “que patrocinou roubalheiras de 1,7 bilhão de reais” — classificada como estratégia formulativa de inserção de explicação —,



fazendo referência à dimensão dos prejuízos causados à nação pela máfia da Sudam — não só ao citar a quantia, como também ao utilizar o termo “roubalheiras”, cujo significado, segundo o Dicionário Aurélio, é “roubo vultoso e escandaloso”; do substantivo “grades”, termo informal em contraste com o sinônimo “prisão” (§ 1º), mais formal; e dos marcadores temporais “fevereiro de 2002”, “onze horas”, “desde então” e “Hoje”, também com função argumentativa; do operador argumentativo “E”, que soma argumentos, isto é, Jader Barbalho está solto e endinheirado; e do advérbio “muito”, indicativo da condição financeira do deputado, deixando subentendido que ele está mais rico que o ex-governador Neudo Campos — em “Foi preso em fevereiro de 2002. Ficou onze horas atrás das grades. Está livre desde então. Hoje é deputado federal pelo Pará. E muito rico”.

Merecem também destaque as seguintes repetições intencionais, para enfatizar dados, persuadir o leitor: “Está livre desde então” (§ 4º) / “(...) está livre desde então” (§ 2º); “E muito rico” (§ 4º) / “E rico” (§ 2º); e “(...) ficou só dez dias no xilindró” (§ 2º) / “Ficou onze horas atrás das grades” (§ 4º) / “(...) ficou só 104 dias na cadeia” (§ 6º). Nesta última seqüência de repetições, construídas com os sinônimos “xilindró”, “grades” e “cadeia”, parece haver uma relação entre a escolha do vocábulo e os valores roubados em cada situação: xilindró/300 milhões de reais; grades/1,7 bilhão de reais; e cadeia/2 bilhões de reais. Essas expressões, justapostas, funcionam como uma espécie de gradação que indica a agravação do crime relacionada à atenuação da pena: quanto maior a quantia roubada, menos informal é o termo usado para a pena.

Outro fato a se considerar nesses trechos é a marcação do período de penalização do acusado: “só dez dias”, “onze horas”, “104 dias”. Juntamente com a ocorrência de gradação voltada para a informalidade das expressões descrita no parágrafo anterior, a marcação enfatizada das horas e dos dias provoca o efeito de sentido de que o tempo de punição deveria ser muito maior. Quanto maior o crime, maior a pena; o que, busca mostrar o

texto, não ocorre. Tudo isso vai se configurando e se reforçando no texto, especialmente pela comparação feita entre os casos dos “colarinhos brancos” e o de Maria Aparecida de Matos.

No § 5º, por exemplo, todos os tempos verbais pertencem ao mundo narrado — “foi”, “voltou a pedir”, “aconteceu”, “foi condenada” e “Ficou”, Pretérito Perfeito Simples; e “Tinha de ficar”, Pretérito Imperfeito —, com exceção do Subjuntivo “aguardasse”, semitempo. Trata-se, portanto, de um relato. O autor volta a se utilizar de linguagem mais formal — indicativa de sua parcialidade — para relatar nova tentativa da defesa de Maria Aparecida de Matos na Justiça para que ela aguardasse o julgamento em liberdade e sua condenação a um ano de detenção. Neste parágrafo, quase não se percebe o envolvimento do autor com o que enuncia, a não ser nos dois últimos períodos: “Tinha de ficar presa. Ficou”, classificados como estratégia formulativa de repetição. André Petry repete trecho do § 3º — “A Justiça achou que ela tinha de ficar presa. Ficou” —, deixando subentendido que a Justiça continuou “achando” que Maria tinha de ficar presa. Ou seja, novamente não se baseou nos fatos, na irrelevância do crime. Nesse caso, mais uma vez, não se confirma a observação de Weinrich quanto à neutralidade do locutor no relato. É como se a “inimiga pública”, a criminosa de alta periculosidade fosse Maria, que deveria, portanto, permanecer atrás das grades. Enquanto, por outro lado, os outros fatos narrados no texto fossem de pessoas cuja “idoneidade”, contrária à de Maria, lhes permitisse ficar fora dela: “E rico[s]” “E muito rico[s]”.

Os dois primeiros períodos do § 6º representam o mundo narrado. Foram empregados o Pretérito Imperfeito “assaltava” e “havia” e o Pretérito Perfeito Simples “foi estourada” e “capturou” (grupo II), além do Infinitivo “desviar”, semitempo. Aqui também se verifica o relevo: “A máfia dos vampiros, que assaltava o Ministério da Saúde havia treze anos” marca o pano de fundo da narrativa (2º plano) e “foi estourada em maio de 2004”, a ação (1º plano). Em seguida, aparece um comentário, indicado pelo Presente “estão” (grupo

I), feito com base no relato anterior, e o último período é mais um relato, caracterizado pelo Pretérito Perfeito Simples “ficou” (grupo II).

O § 6º, em termos de posicionamento crítico, não é diferente dos demais. O autor, por meio de linguagem debochada, parece querer comparar o caso da empregada doméstica Maria Aparecida de Matos desta vez com o da máfia dos vampiros e também defendê-la. São utilizados, para isso, os seguintes recursos: o marcador temporal “Enquanto isso...”, com finalidade comparativa; o operador argumentativo “que”, que introduz a oração subordinada adjetiva explicativa “que assaltava o Ministério da Saúde havia treze anos” — classificada como estratégia formulativa de inserção de explicação —, para esclarecer a chamada “máfia dos vampiros” e ressaltar seu tempo de atuação; os marcadores temporais “treze anos” e “Hoje”, também com função comparativa; os operadores argumentativos “até”, que assinala o argumento mais forte — a quantia desviada, o ápice, 2 bilhões de reais —, e “só”, a negação da totalidade, isto é, Lourenço Peixoto não cumpriu pena; e os termos “assaltava”, “estourada”, “esquema” e “roubalheiras”, para caracterizar a dimensão, a gravidade do crime.

Pode-se, portanto, classificar o § 6º como estratégia formulativa de inserção de exemplo e de comentário jocoso e, considerando os §§ 2º e 4º, também de repetição, paralelismo sintático.

No § 7º, como nos anteriores, há predominância de tempos verbais do mundo narrado (grupo II): o Pretérito Perfeito Simples “recorreu”, “entendeu”, “mandou” e “foi solta”; e o Pretérito Imperfeito “negava”, “pedia” e “fazia”. Todos os períodos são considerados relatos, com exceção do segundo. Além dos verbos no Pretérito Imperfeito, tempo zero do mundo narrado (grupo II) — “negava” e “pedia”, acima citados —, o segundo período traz o Subjuntivo “fosse” (semitempo) e o Presente “tem”, tempo zero do mundo comentado (grupo I). Parece tratar-se de comentário, embora haja a predominância de tempos verbais do grupo II, o que, segundo a teoria de Weinrich, caracterizaria o período como

relato, e não tenha sido observado, nas considerações de Koch, a co-ocorrência do Pretérito Imperfeito com tempo do mundo comentado no mesmo período. De qualquer forma, no § 7º, percebe-se o posicionamento de André Petry em defesa de Maria Aparecida de Matos nas duas situações comunicativas — ao narrar e ao comentar —, o que, mais uma vez, não confirma a alegação de Weinrich quanto à neutralidade do locutor no relato.

Além da mudança de estilo de linguagem, novamente em tom de seriedade, são indicativos da opinião do autor a favor da empregada doméstica os seguintes recursos: o advérbio “Finalmente”, que aponta para o sucesso de recurso da defesa de Maria Aparecida de Matos no STJ; os operadores argumentativos “apenas”, que orienta para a negação da totalidade, ou seja, o recurso admitia o furto, porém questionava a pena, e “já”, que introduz conteúdo pressuposto, o de que outros crimes da mesma natureza do cometido pela empregada doméstica foram considerados insignificantes pela Justiça; os substantivos “insignificância” e “injustiça” e o adjetivo “inacreditável”, que expressam juízo de valor; e o marcador temporal “Depois de um ano e sete dias”, também com função argumentativa, deixando subentendido o absurdo da pena. Além disso, o período de “um ano e sete dias” em que Maria ficou “presa”, numa visão geral do texto, contrapõe-se claramente aos períodos em que Neudo Campos, Jader Barbalho e Lourenço Peixoto ficaram no “xilindró”, “atrás das grades” e “na cadeia” e ao fato de Maurício Marinho – que recebeu a propina de R\$ 3.000,00 (8º §) – nem ter sido preso.

As situações comunicativas, no § 8º, são alternadas. O parágrafo constitui-se de quatro períodos. No primeiro, tem-se um relato, indicado pelo Pretérito Perfeito Simples “depôs”, e, no segundo, um comentário, em que o Pretérito Perfeito Simples “foi filmado embolsando” (grupo II) indica a perspectiva retrospectiva em relação ao Presente “é”, tempo zero do mundo comentado (grupo I). Associado ao segundo período, tem-se um trecho narrativo, intercalado, composto do Pretérito Imperfeito “dava” e do Pretérito Perfeito

Simples “tentou furtar”, tempos do relato (grupo II). O terceiro período retoma o comentário, em que o Pretérito Perfeito Simples “foi indiciado” assinala a perspectiva retrospectiva em relação ao Presente “está”, tempo zero do mundo comentado. No quarto e último período do § 8º, nota-se novamente o relato, em que aparece o Pretérito Perfeito Simples “saiu” e “fez” (grupo II), tempo do mundo narrado.

No § 8º, André Petry relata mais um exemplo de corrupção — o caso do ex-servidor dos Correios Maurício Marinho (citado acima) —, e a finalidade parece ser a mesma, isto é, comparar com o tratamento judicial recebido pela empregada doméstica Maria Aparecida de Matos. Novamente, com a mudança de linguagem, no caso, em tom de zombaria, o autor mostra-se parcial, deixa transparecer sua posição em defesa de Maria, fazendo uso dos seguintes recursos: do marcador temporal “Enquanto isso...”, indicando que Maurício Marinho depôs na polícia na mesma terça-feira em que Maria foi solta, e, sobretudo, com sentido comparativo de “ao passo que”; da expressão “o corrupto”, dando a entender que foi comprovado o crime cometido por Marinho; do trecho “Marinho é aquele que foi filmado embolsando uma propinazinha de 3.000 reais — dava para comprar 125 vidros de xampu e condicionador iguais aos que Maria tentou furtar”, classificado como estratégia formulativa de inserção de explicação, para ressaltar (também por meio do travessão) a discrepância entre os crimes cometidos pelo ex-servidor e pela empregada doméstica; da ironia em “propinazinha de 3.000 reais”, para que se entenda o contrário ao se comparar com o valor dos produtos que Maria tentou furtar, 24 reais; e dos operadores argumentativos “mas”, indicando oposição de argumentos, ou seja, que Marinho foi denunciado, porém está solto, e “e”, para adicionar argumentos, em “Saiu do depoimento na polícia e fez um lanche no McDonald’s”, indicando que o ex-servidor está livre, tranquilo e que seu crime de corrupção (receber propina) foi considerado, de certo modo, irrisório.

Desse modo, em termos de recurso argumentativo, o § 8º não pode ser classificado de maneira diferente. Trata-se de estratégia formulativa de inserção de exemplo, de inserção de comentário jocoso e de repetição — paralelismo sintático (§§ 2º, 4º, 6º e 8º).

No § 9º, todos os períodos, com exceção do terceiro, são relatos, apresentam apenas tempos verbais do mundo narrado (grupo II): “foi torturada”, “perdeu”, “deram”, “acreditou”, “achou”, “pensei” e “disse”, Pretérito Perfeito Simples; “seria libertada” e “iria sair”, Futuro do Pretérito; além do Subjuntivo “fosse”, semitempo. Já o terceiro período é composto do Pretérito Imperfeito “Era” e do Pretérito Perfeito Simples “entrevistou”, tempos do mundo narrado (grupo II), e do Presente “tenta esconder” e “conversa”, tempo do mundo comentado (grupo I). Nesse caso, não há predominância de tempos verbais do grupo I ou do grupo II, o que impossibilita a classificação da situação comunicativa no período de acordo com a teoria de Weinrich. Entretanto, segundo Koch, deve ser considerado como tempo do mundo comentado o Pretérito Perfeito Simples quando co-ocorre com tempos do comentário no mesmo período. O terceiro período, então, deve ser considerado como um comentário.

Quanto às marcas lingüísticas do posicionamento do autor no § 9º e ao uso dos tempos verbais, mais uma vez não se confirma a teoria de Weinrich, segundo a qual a predominância de tempos verbais do mundo narrado caracterizaria como relaxada, descompromissada a atitude comunicativa do locutor. No caso, o posicionamento crítico de André Petry a favor da empregada doméstica Maria Aparecida de Matos pode ser percebido, além do emprego de linguagem mais formal, séria — conforme também constatado nos §§ 1º, 3º, 5º e 7º —, por meio dos seguintes recursos: do marcador espacial “Na prisão”, apontando para o fato de que lá Maria foi torturada, perdeu a visão do olho direito; do adjetivo “vaidosa” e do marcador temporal “quando”, em “Era vaidosa e (...) tenta esconder o defeito no rosto quando conversa com alguém”, introduzindo o conteúdo pressuposto de que agora Maria “sempre” esconde o rosto quando conversa com alguém; do advérbio “finalmente”, deixando

implícita crítica quanto à demora no desfecho do caso de Maria; e do marcador temporal “jamais”, no trecho “Achou que fosse brincadeira. ‘Pensei que jamais iria sair de lá’, disse ela”, deixando subentendido que Maria não confia na Justiça brasileira — que devido à sua condição social, Maria acreditava que nunca sairia da prisão.

Por fim, o § 10º, com apenas uma oração, retoma o título, *É a cara do Brasil*, construído com o Presente “É”, principal tempo do mundo comentado (grupo I). Trata-se de afirmação categórica, enfática, por meio da qual, considerando as circunstâncias da enunciação e a discursividade, ou seja, o texto e o contexto histórico-social em que ele está inserido, o autor manifesta seu ponto de vista, deixa, ao leitor, as claras marcas de sua argumentação e de seu posicionamento. Sem dizer “literalmente” – de um ponto de vista em que tal literalidade, a objetividade e a denotação sejam possíveis lingüisticamente – que a corrupção, a discriminação social, a impunidade dos crimes cometidos pela elite e a parcialidade da Justiça são a cara do Brasil, o artigo produz esse efeito de sentido ao citar exemplos conhecidos e noticiados e ao fazer a comparação desses casos com o caso de Maria. Na verdade, o que parece ser enfatizado como sendo “a cara do Brasil”, no texto, além da corrupção impune, é justamente essa disparidade de tratamento penal em relação a cada tipo de crime, conforme sua gravidade e o prejuízo causado, e que é o mote da comparação no texto. Nele, os tempos verbais e a escolha vocabular servem ao autor como reforços para sua argumentação.

Constata-se também, com relação ao título, a observação de Weinrich de que as manchetes de artigos de imprensa, por fazerem parte do mundo comentado, geralmente apresentam o verbo no Presente. O objetivo é chamar a atenção do leitor, pois é a partir das manchetes que se vai argumentar.

Em síntese, na análise isolada dos parágrafos, vimos que na maioria das vezes a argumentação se constrói com narrativas, com relatos. Sendo assim, não se pode classificar o

artigo *É a cara do Brasil* como comentário ou relato apenas com base nos tempos verbais. Embora haja a predominância de tempos do mundo narrado — foram encontradas 57 ocorrências de tempos do grupo II, 15 do grupo I e 7 semitempos —, o que classificaria o artigo como relato, segundo a teoria de Weinrich, trata-se, sem dúvida, de texto bastante opinativo, crítico e, portanto, de situação comunicativa de comentário. O autor expõe sua opinião, explícita ou implicitamente, e, por sua vez, exige um posicionamento do leitor. Daí resulta uma relação tensa entre os interlocutores, e é nessa relação de conflito que os sentidos são construídos e que a ideologia se impõe.

Nesse caso, o predomínio dos tempos do relato e a expressiva incidência de marcadores temporais — típicos da narração — se justificam por estarem a serviço da argumentatividade. Nota-se que a força argumentativa do texto gira em torno da comparação, estabelecida de maneira explícita, mas sem uso de vocabulário específico da comparação. O autor usa a estratégia formulativa de inserção de exemplos em forma de narrativa e desse modo faz o paralelo entre situações e vai construindo sua argumentação. De um lado, o crime e a pena de Maria Aparecida de Matos; de outro, os crimes de corrupção e suas respectivas penas.

Constatou-se, portanto, o emprego de momentos narrativos dentro do comentário — fatos dados como exemplos — como recurso argumentativo de comprovação do ponto de vista do autor, conforme considerações de Koch (2004b) e de Geraldi (1997), e não a ocorrência de metáfora temporal. Segundo a teoria de Weinrich (apud. KOCH, 2004a e b), como vimos no capítulo anterior, a inclusão de tempos do grupo II no mundo comentado, processo denominado de metáfora temporal, limita a validade do discurso, indicando relaxamento, falta de compromisso do locutor, o que não foi observado.

Ademais, não é de causar estranheza a inobservância de metáfora temporal. Como o autor recorre à narrativa de fatos convincentes – e amplamente divulgados pela mídia – para



comprovar sua tese, não há necessidade de amenizar a dureza do discurso. Ou seja, a argumentação não é construída por meio de tempos do comentário (grupo I), no plano das idéias e opiniões necessariamente explícitas, portanto o autor tem mais liberdade de expressão. A linguagem é usada de acordo com o que se pretende e com as circunstâncias do dito e não com fórmulas pré-estabelecidas de uso. É o caso, por exemplo, do uso dos tempos verbais.

André Petry parece se valer do conhecimento compartilhado com o interlocutor sobre a parcialidade da Justiça brasileira – ou de seu acesso – e, por isso, não se faz necessário verbalizar explicitamente e durante todo o texto seu ponto de vista. Há momentos claros desse posicionamento, e isso é suficiente na interlocução. Em outras palavras, pode-se dizer que o discurso já foi amenizado por deixar, de certo modo, subentendida a opinião do autor. Há um tipo de eufemismo no texto. André Petry não se compromete totalmente com o dito, porém isso não significa que assuma atitude comunicativa isenta.

Além do emprego de tempos verbais do relato, marcadores espaço-temporais e exemplos como recurso argumentativo, com a mesma finalidade foram também utilizadas estratégias formulativas de inserção de explicações e de comentário jocoso, nesta última incluída a ironia — a alternância de estilo de linguagem entre formal, séria, e informal, debochada, caracteriza a opinião do autor; a estratégia formulativa de repetição, com destaque para o paralelismo sintático, responsável pela estruturação textual e pela organização argumentativa; recursos avaliativos, como adjetivos, advérbios e seleção lexical; operadores argumentativos, que orientam para determinada conclusão; e pontuação, no caso, reticências, parênteses e travessão. Os parênteses parecem indicar a interrupção do desenvolvimento da história da empregada doméstica para a inserção de fatos dados como exemplos, e também a mudança de tom de linguagem. Quanto às reticências, por meio do silêncio, o autor diz sem dizer, pois sugere, faz transparecer em seu discurso outros discursos, como o da corrupção no

País, dos privilégios da elite na Justiça e da discriminação social. Enfim, dá vazão à discursividade, à subjetivação.

Em suma, o que não foi dito por meio dos tempos verbais foi mostrado por intermédio dessas marcas. Assim, no texto objeto deste estudo, tanto nos trechos comentadores quanto nos narrativos, percebe-se o envolvimento de André Petry. Isso confirma a observação de Koch de que é impossível a total neutralidade do narrador.

Toda ação discursiva é, necessariamente, ideológica, argumentativa, e, portanto, tem sempre como objetivo influenciar o outro. No artigo *É a cara do Brasil*, por meio dos recursos lingüísticos apontados, André Petry critica a ideologia que permite o tratamento diferenciado pela Justiça brasileira dependendo da posição social das pessoas, da conta bancária. Ou seja, enquanto pessoas do alto escalão roubam até bilhões e não são presas, outras, menos favorecidas, por muito menos vão para a cadeia. O autor induz o leitor a se fazer o seguinte questionamento: por que o crime da classe dominante é permitido?

O discurso de André Petry é então utilizado como instrumento de contestação de posições de poder, em que se destacam dois modos de operação da ideologia: legitimação e fragmentação (conforme capítulo anterior). Por meio das estratégias típicas de construção simbólica denominadas de “racionalização” e “narrativização”, ligadas à legitimação – modo de operação da ideologia –, o autor constrói um raciocínio em forma de narrativa visando deslegitimar relações de dominação, privilégios da classe dominante na Justiça; e através da estratégia típica chamada de “diferenciação”, esta associada à fragmentação – também modo de operação da ideologia –, André Petry enfatiza diferenças entre pessoas e grupos sociais no tratamento judiciário como argumento em defesa da igualdade de condições.

Diante do exposto, conclui-se que a linguagem é ação, interação social, que a argumentação — a ideologia — é determinante do discurso, deixa nele suas marcas. Por meio das estratégias e marcas lingüísticas, da seleção vocabular, da estruturação do texto, enfim,

dos recursos argumentativos empregados no artigo *É a cara do Brasil*, André Petry busca a interação com o leitor de modo a assegurar a compreensão de suas intenções e a aceitação de suas idéias.

## CONCLUSÃO

A linguagem é discurso, é interação social e, portanto, sua função básica é argumentar, ainda que não se tenha consciência plena de sua argumentatividade em cada pequeno momento de interação cotidiana. Do mesmo modo e por isso mesmo, nenhum texto é totalmente desprovido de intencionalidade. O objetivo de quem escreve sempre é convencer alguém de alguma coisa, promover mudanças sociais. Mesmo quando não se marca posição explícita, o enunciado revela a visão de quem o produz, pois as escolhas lingüísticas e o modo como se diz nunca são gratuitos. Eles trazem para o leitor informação acompanhada de opinião, ideologia.

O artigo *É a cara do Brasil*, objeto de estudo desta pesquisa, é exemplo disso. Trata-se de texto jornalístico altamente crítico, opinativo, embora o autor construa sua argumentação basicamente em formato de narrativa. Daí se conclui que a eficácia da argumentação não depende necessariamente do predomínio de tempos verbais do comentário. Nesse caso, o autor, André Petry, se vale de estratégias e outras marcas lingüísticas, além dos tempos verbais do relato, para expor seu ponto de vista, ora implícito, ora explícito, e orientar o leitor para a conclusão desejada. Ele não se compromete totalmente com o enunciado porque, quando não diz de modo literal, sugere. Em nenhum momento, entretanto, sua atitude enunciativa é neutra.

Apoiado em fatos, o autor busca a cumplicidade do leitor ao deixar implícito que a Justiça no Brasil não é imparcial, pois serve para defender interesses da elite ou, pelo menos, daqueles que podem pagar os melhores advogados, ainda que seja com dinheiro adquirido por meios ilícitos. Nesse sentido, ele defende a quebra da dominação ideológica pela igualdade de condições no tratamento judiciário. Isso é mostrado por meio da

comparação, sem necessariamente usar marcas explícitas, entre as discrepantes conseqüências de ato ilícito cometido pela empregada doméstica Maria Aparecida de Matos e dos escândalos de corrupção narrados. A maior força argumentativa do texto está aí, na comparação.

Para que o leitor perceba os efeitos de sentido pretendidos, ou seja, a intenção argumentativa no artigo — conforme analisado no capítulo anterior e retomando as questões de pesquisa estabelecidas —, André Petry recorre a exemplos, tempos verbais, marcadores espaço-temporais, repetições, paralelismo, pontuação, seleção lexical, operadores argumentativos, ironia, comentários jocosos, explicações e alternância de estilo de linguagem. Todos esses recursos são empregados em função da argumentação, isto é, são marcas de argumentatividade e posicionamento político-ideológico.

Assim, o estudo do artigo *É a cara do Brasil* nos permite atentar para o uso intencional de recursos lingüísticos como instrumento de expressividade textual, de persuasão, de construção interacional de sentidos entre autor e leitor. A participação do leitor no texto é importantíssima, pois nem todos concordam com a afirmação de que no Brasil a Justiça não funciona com isonomia no tratamento dos cidadãos. Há aqueles que consideram, por exemplo, que a parcela mais carente da sociedade apenas não tem o mesmo acesso que a parcela mais provida de recursos financeiros tem à Justiça, mas que, quando aqueles têm acesso, o tratamento jurídico é isonômico.

Ainda que isso seja parcialmente verdadeiro em muitos casos, o paralelo feito por Petry mostra que tanto Maria Aparecida quanto os acusados de roubo e de corrupção tiveram acesso à Justiça – entendendo-se que esse acesso é feito por meio de advogados e que todos constituíram advogados, incluindo Maria –, mas os entendimentos do juiz que deixou Maria Aparecida de Matos presa e dos que libertaram os outros é que foram bastante diferentes, dados os delitos de cada um. O menor delito foi mais punido, enquanto as “punições” iniciais

aos maiores crimes foram irrisórias e podem chegar nem a ocorrer em toda a plenitude do Direito Processual Penal. Ou todos deveriam esperar o julgamento em liberdade, ou todos deveriam ficar presos.

Além disso, a doutrina jurídica entende, retomando Aristóteles, que a Justiça deve tratar de modo igual os iguais e de modo desigual os desiguais, na medida de suas desigualdades, além de proteger os mais fracos. No caso dos exemplos do texto, o entendimento dos juízes citados por André Petry em *É a cara do Brasil* parece ter virado do avesso a compreensão doutrinária do princípio constitucional da igualdade, visto que o menor delito foi tratado com maior rigor. Também serviu para incentivar, de certo modo, a continuidade do comportamento dos acusados de crimes de desvio de dinheiro e de corrupção, pois eles acabaram ficando em liberdade. Tudo isso pode ser resgatado pelo leitor atento no texto *corpus* deste trabalho, por meio das marcas lingüístico-discursivas usadas pelo autor na construção da textualidade.

Em suma, com este trabalho, foi possível perceber que toda manifestação lingüística está inserida em um contexto histórico, que os sentidos não são conteúdos textuais que se proliferam e que, portanto, é a linguagem – na linguagem, com a linguagem e pela linguagem – que determina o processo de significação textual. A construção dos sentidos é histórica, ideológica e interativa. Eles são constituídos ao se estabelecer relações entre o que o texto diz, o que outros textos nos disseram e nosso conhecimento de mundo, numa relação interdiscursiva. A partir das pistas oferecidas pelo autor, o leitor tem acesso à discursividade. Dessa forma o autor traz o discurso para o texto e o leitor, para a leitura que faz dele. O artigo *É a cara do Brasil* significa porque aciona o conhecimento partilhado entre leitor e autor, as inferências, o que lhe é, de certo modo, externo, visto que faz parte da memória discursiva e das representações sociais.

Por fim, o que se pretende com esta pesquisa é colaborar para a adequada compreensão do processo de produção e interpretação textual, visando à formação de cidadãos críticos, atentos e mais conscientes do poder de manipulação da linguagem sobretudo pela imprensa, haja vista a enorme repercussão social dos discursos por ela divulgados. O leitor atento, cauteloso, deve ter em conta que, ainda que inúmeros dos textos midiáticos tenham uma preocupação social, nem sempre os discursos que tramitam neles são dignos de serem considerados verdadeiros. Isso, o leitor consegue fazer, refletindo sobre a linguagem e seu potencial persuasivo. Educação e reflexão lingüísticas podem mudar a “cara” do Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIORIN, José Luiz; Savioli, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Argumentação e linguagem*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004b.

\_\_\_\_\_. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004c.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005b.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.



## ANEXO 1

ANDRÉ PETRY

**É a cara do Brasil**

A empregada doméstica Maria Aparecida de Matos tem 24 anos, dois filhos pequenos e acaba de deixar a prisão, onde passou um ano e sete dias. Ela foi presa em flagrante quando tentava furto um xampu e um condicionador numa farmácia, em São Paulo. Os produtos custavam 24 reais.

**(Enquanto isso...** Na época em que Maria tentava furto cosméticos, o ex-governador de Roraima Neudo Campos foi pego no caso dos gafanhotos, que desviou uns 300 milhões de reais da folha salarial do estado. Campos foi preso, mas ficou só dez dias no xilindró. Solto em 6 de dezembro de 2003, está livre desde então. Livre, leve e solto. E rico.)

Maria é analfabeta, só sabe desenhar o nome. Nunca teve dinheiro para pagar advogado. Depois de presa, foi atendida pela assistência jurídica gratuita e pela advogada Sônia Regina Arrojo e Drigo, que se revoltou com o absurdo da situação. O primeiro recurso chegou à 2ª Vara Criminal. Solicitava que Maria aguardasse o julgamento em liberdade. A Justiça achou que ela tinha de ficar presa. Ficou.

**(Enquanto isso...** Jader Barbalho foi

acusado de chefiar a máfia da Sudam, que patrocinou roubafeiras de 1,7 bilhão de reais. Foi preso em fevereiro de 2002. Ficou onze horas atrás das grades. Está livre desde então. Hoje é deputado federal pelo Pará. E muito rico.)

Inconformada com a decisão da 2ª Vara Criminal, a defesa de Maria foi à mais alta instância da Justiça paulista, o Tribunal de Justiça. Voltou a pedir que Maria aguardasse o julgamento em liberdade, mas, nesse meio-tempo, aconteceu o julgamento. E Maria foi condenada a um ano de detenção num manicômio penitenciário. Tinha de ficar presa. Ficou.

**(Enquanto isso...** A máfia dos vampiros, que assaltava o Ministério da Saúde havia treze anos, foi estourada em maio de 2004. A polícia capturou dezessete integrantes do esquema, suspeito de desviar até 2 bilhões de reais. Hoje os dezessete estão soltos. O líder das roubafeiras, Lourenço Peixoto, ficou só 104 dias na cadeia.)

Finalmente, a defesa de Maria recorreu ao Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. O recurso não negava o furto, apenas pedia que Maria fosse libertada devido à insignificância do crime, princípio que já tem jurisprudência formada. Um ministro do STJ, Paulo



Gallotti, entendeu a inacreditável injustiça que se fazia contra Maria e mandou libertá-la. Depois de um ano e sete dias na cadeia, Maria foi solta na terça-feira passada.

**(Enquanto isso...** Na mesma terça-feira, o corrupto dos Correios, Maurício Marinho, depôs na polícia. Marinho é aquele que foi filmado embolsando uma propinazinha de 3 000 reais — dava para comprar 125 vidros de xampu e con-

***“Marinho é aquele que foi filmado embolsando uma propinazinha de 3 000 reais — dava para comprar 125 vidros de xampu e condicionador iguais aos que Maria tentou furto”***

condicionador iguais aos que Maria tentou furto. Marinho foi indiciado, mas está livre. Saiu do depoimento na polícia e fez um lanche no McDonald's.)

Na prisão, Maria foi torturada. Perdeu a visão do olho direito. Era vaidosa e, segundo o repórter Gilmar Pentead, da *Folha de S. Paulo*, que a entrevistou, tenta esconder o defeito no rosto quando conversa com alguém. Na terça-feira, quando lhe deram a notícia de que finalmente seria libertada, Maria não acreditou. Achou que fosse brincadeira. “Pensei que jamais iria sair de lá”, disse ela.

É a cara do Brasil.